

Entrevista / Roberto Mangabeira Unger

A esquerda depois da social-democracia: libertação e calor

The left after social democracy: liberation and warmth

CARLOS SÁVIO TEIXEIRA

ROBERTO DUTRA

Em entrevista de duas horas de duração, concedida em 22 de maio de 2023, no hotel onde estava hospedado em São Paulo (SP), o filósofo Roberto Mangabeira Unger, professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, detalha sua visão sobre o tema deste dossiê: a crise da esquerda e sua superação. Para começar, define o que entende por esquerda e direita no contexto contemporâneo – alocando entre os conservadores os que acreditam que os interesses coletivos devam ser perseguidos “dentro da ordem institucional existente”. Frente à inviabilidade da outrora sonhada revolução, aponta a ausência de caminhos legada pelo tudo ou nada associado à tradição marxista. É ácido na crítica à postura “açucarada” da esquerda rendida aos benefícios pontuais compensatórios e de olhos fechados a mudanças estruturais, que para ele são acima de tudo institucionais. E propõe os termos de uma agenda voltada para o desenvolvimento da sociedade brasileira em contexto de desindustrialização e para sua contribuição à civilização. O “calor” que faria falta à social-democracia europeia, por exemplo, não há de vir da nossa tradição de afetos familiares, historicamente usada para lubrificar desigualdades; para o filósofo, essa efervescência há de vir da *imaginação institucional* nos campos econômico e político. “A imaginação é que cria essa excitação. Ela afasta o fenômeno e vê o fenômeno sob o ângulo de variações possíveis. Ela atea o fogo”, aposta. Leia a íntegra da entrevista, concedida aos professores Carlos Sávio Teixeira e Roberto Dutra, organizadores do dossiê.

Terceiro Milênio: Professor Mangabeira Unger, o que é a esquerda hoje? Qual a sua crise? Como superá-la?

Mangabeira Unger: A essência do conceito predominante da esquerda, sobretudo entre os países ricos do Atlântico Norte, é que ela tem como missão oferecer ao indivíduo – cidadão e trabalhador – um resguardo contra a insegurança econômica, um porto seguro. Eu vou fazer uma comparação com a relação entre a criança e os seus pais. Os pais dizem para a criança: você tem uma posição incondicional no meu amor. Esse é o porto seguro. Em seguida, dizem os pais à criança, vá lá no mundo e levante uma tempestade. Essa é a relação que nós desejamos. Mas nesse discurso da esquerda tradicional contemporânea, só há a parte sobre o porto seguro. Onde está a parte sobre a tempestade? Essa é a parte que falta. A luta sobre a inovação, a construção, as alternativas, o que precisaríamos ter como definição na esquerda é essa interação, essa dialética entre o porto e a tempestade. Só temos a parte sobre o porto. Onde está a outra? Agora, para explicar tudo isso, eu vou voltar atrás e fazer uma explanação, primeiro histórica e depois teórica.

Primeiro, a histórica. As forças que ameaçavam as estruturas de organização econômica e política até a Primeira Guerra Mundial foram levadas – ou obrigadas – a abandonar essa ameaça. E, em troca do abandono dessa ameaça, permitiu-se ao Estado – ao Estado agente do que veio a ser a social-democracia – assumir o poder de regular a economia mais intensivamente, de atenuar as desigualdades geradas no mercado por meio de políticas compensatórias, de tributação progressiva ou gasto social redistribuidor, e de manejar a economia por meio das políticas monetárias e fiscais contracíclicas, com o objetivo de estabilizar a economia e evitar as quedas econômicas. E foi uma espécie de barganha. Os inimigos da ordem estabelecida abandonaram a sua ameaça e, em troca, permitiu-se ao Estado desenvolver essa maneira de humanizar a economia de mercado. Isso foi a social-democracia histórica. E se nós vemos a social-democracia histórica de uma forma não sentimental, nós podemos entendê-la como um conjunto de três práticas.

A primeira prática foi a defesa de certos *insiders* contra os *outsiders*. Os *insiders* eram, em primeiro lugar, os trabalhadores que tinham empregos seguros no sistema de produção, que era intensivo em capital. E os *outsiders* eram os trabalhadores empregados nas partes menos capitalizadas da economia, com empregos relativamente precários. Mas os *insiders* e os *outsiders* eram também os pequenos empreendedores contra os grandes empreendedores, e os controladores das empresas contra os desafiantes que queriam adquirir o controle das

empresas. A social democracia histórica, de uma forma geral, preferiu os *insiders* aos *outsiders*, os que estavam dentro aos que estavam fora. Esse foi o primeiro conjunto de práticas.

O segundo conjunto de práticas foi uma série de contratos sociais em que os Estados social-democratas negociavam entre os sindicatos, os trabalhadores organizados e o grande capital para determinar como se distribuiriam os ganhos e as perdas de diferentes políticas econômicas – havia a ideia de que o conflito social distributivo não resolvido resultaria em perdas para todos. É preciso formar um pacto. Esse pacto seria negociado por iniciativa do governo central e envolveria como principais partes a representação das grandes empresas e a representação dos trabalhadores organizados, mais uma vez sediados nas empresas intensivas em capital.

O terceiro conjunto de práticas que definiu o horizonte da social-democracia, institucionalmente conservadora, foram as práticas que resultaram na manutenção de um alto nível de direitos sociais, o investimento em pessoas e nas suas capacitações, na sua proteção física, na sua saúde, na sua educação. Paradoxalmente, esse alto nível de direitos era financiado pela tributação indireta e regressiva do consumo. E essa foi a grande conquista da social-democracia europeia.

O que aconteceu na história da social-democracia é que os dois primeiros conjuntos de práticas foram pouco a pouco abandonados. A social-democracia histórica abandonou essas garantias dos *insiders* contra os *outsiders* e abandonou a prática dos pactos sociais, e retrocedeu para a última linha de defesa. A última linha de defesa era o terceiro conjunto de práticas, que eram esses direitos sociais destinados a investir na capacitação das pessoas e atenuar as desigualdades e a insegurança econômicas na base da tributação indireta e regressiva do consumo.

Por que a social-democracia histórica foi obrigada a fazer isso? Em primeiro lugar, a social-democracia histórica foi atacada. O cerne do ataque, a vanguarda do ataque, foi aquilo que chamamos de neoliberalismo. E foi atacada por duas razões. Primeiro, porque os críticos da social-democracia histórica entenderam que essas divisões eram custosas, ineficientes, impediam o crescimento econômico. Mas, em segundo lugar, porque entendiam que eram injustas. Privilegiavam os *insiders* contra os *outsiders*, parte da população contra os outros. Isso foi a configuração do conflito ideológico, o ataque neoliberal contra a social-democracia histórica. Mas havia um outro elemento, muito mais importante do que esse, que foi a mudança da base produtiva da social-democracia. A social-democracia tinha uma base produtiva concreta. Não era só ideologia. A base social-produtiva concreta era a indústria convencional. Aquilo que depois viemos a chamar o fordismo industrial. A

produção em grande escala de bens e serviços padronizados por maquinaria e processos produtivos rígidos, mão de obra semiespecializada e relações de trabalho muito hierárquicas e muito especializadas. Esse foi o cerne dos partidos de esquerda e de centro-esquerda, dos partidos social-democratas. E essa base se desmilinguiu na segunda metade do século XX, se desintegrou. Essa vanguarda deixou de ser vanguarda. Virou o vestígio de uma vanguarda anterior ou o satélite da nova vanguarda da economia do conhecimento. Uma economia do conhecimento insular.

Então, essa foi a razão fundamental para o esvaziamento da social-democracia conservadora. E ela renasceu de uma forma minimalista, esvaziada. E é isso que chamamos frequentemente de social-liberalismo. O social-liberalismo é a nova forma hegemônica da social-democracia. E esse é, se há alguma coisa que pode ser chamada assim, o projeto hegemônico hoje no Atlântico Norte. A aspiração geral das elites europeias e americanas é produzir um sistema que reconcilie a proteção social dos europeus com a flexibilidade econômica dos americanos. Proteção e flexibilidade ao mesmo tempo, dentro de um arcabouço institucional herdado. Isso é a explicação histórica a que eu me referi no início desta parte.

Dinheiro não é cimento social. Mas parecia ser, enquanto o nível de homogeneidade era alto. Quando o nível de homogeneidade degradou, ficou claro que o dinheiro não bastava. E esse é o problema de coesão que esses países não conseguem resolver.

Esse sistema, por razões que podemos discutir depois, não conseguiu resolver ou sequer encaminhar a solução dos problemas estruturais básicos das sociedades contemporâneas. Primeiro, não conseguiu resolver os problemas de estagnação e de desigualdade econômicas que resultaram do aprofundamento do fosso entre as vanguardas e as retaguardas produtivas, sobretudo na época da economia insular do conhecimento – essa economia do conhecimento que surgiu na forma de franjas ou ilhas excludentes, que excluem a grande maioria dos trabalhadores e das empresas. Em segundo lugar, não conseguiu resolver o problema da coesão social. Qual é a base nessas sociedades, que eram como tribos? Muitas das nações europeias eram como tribos. Semelhança física,

consanguinidade biológica, homogeneidade cultural e religiosa e assim por diante. Uma sociedade como a Suécia foi, até meados do século XX, basicamente uma nação camponesa, que ficou rica. E a forma de coesão na social-democracia histórica era o orquestramento pelo Estado de programas de transferência de ricos para pobres frente ao pano de fundo de um alto nível de homogeneidade tribal. O dinheiro é um cimento social inadequado, fraco. Dinheiro não é cimento social. Mas parecia ser, enquanto o nível de homogeneidade era alto. Quando o nível de homogeneidade degradou, ficou claro que o dinheiro não bastava. E esse é o problema de coesão que esses países não conseguem resolver. O terceiro problema é a questão da transformação. Como essas sociedades mudam? Na Europa, no século XX, só tinha um jeito de mudar: a guerra. Eles precisavam estar se digladiando e se matando para mudar. Quando estavam em guerra, acordavam, mudavam as coisas. Quando retornava a paz, suprimiam as suas dores no consumo e voltavam a adormecer.

Mesmo essa social-democracia esvaziada, que virou o social-liberalismo, não conseguia equacionar os problemas, muito menos resolvê-los, e criou um vazio. E dentro desse vazio entrou o populismo de direita, o populismo plutocrático, que, paradoxalmente, também não tem projeto. Qual é o pseudoprojeto dele? O projeto produtivo dele, por exemplo, era o mesmo que o projeto produtivo social-democrata: comprar mais alguns anos para a indústria convencional declinante, e impor restrições à imigração. Esse é o único projeto. O único projeto institucional era fortalecer o Poder Executivo. O populismo plutocrático, que surgiu por conta do malogro da social-democracia e do social-liberalismo, perpetuou o vácuo. E, portanto, perpetuou a oportunidade transformadora que continua até hoje. Essa é a minha breve exploração histórica.

Terceiro Milênio: Então, agora nós queremos aproveitar e tratar da contraparte disso. Quer dizer, qual foi a participação da teoria social e da teoria política – a cobertura intelectual desses fenômenos a que o senhor se referiu?

Mangabeira Unger: Isso tudo tinha um pano de fundo teórico. A influência teórica principal sobre os partidos de esquerda e centro-esquerda era o marxismo. A teoria do regime dos marxismos. E a teoria dos regimes do marxismo tinha como uma de suas premissas a ideia de que na história havia uma sucessão de regimes indivisíveis, que Karl Marx chamava de modo de produção. O feudalismo, o capitalismo, o socialismo, cuja sucessão era governada por leis inexoráveis. E esses sistemas, de acordo com a teoria marxista, ou mudavam de todo – era um pacote que tinha que substituir por todo –, ou as

coisas ficavam sem mudar. Então, havia uma ideia binária da política. Havia dois tipos de política. A política reformista, que era o manejo desses regimes; e a política revolucionária, que era a substituição de um sistema indivisível por outro. Como a substituição parecia sempre impossível – ou, se possível, perigosa demais –, restava o reformismo. Então, um grande número desses países era governado por ex-marxistas. Pessoas que tinham sido marxistas na sua juventude, que pensavam assim: “a verdadeira mudança seria a substituição do capitalismo pelo comunismo, através da revolução. Isso aí não é possível. Ninguém sabe o que é. Então, vamos acordar e manejar o existente. Vamos cuidar do nosso jardim. Vamos humanizar a sociedade.” Vamos construir esse tal porto seguro a que me referi no início. Então, a falência intelectual foi um elemento importante na explicação desse processo histórico que eu descrevi. Não havia uma teoria dos regimes que pudesse informar a prática transformadora.

Qual é, então, a ideia de conflito ideológico entre direita e esquerda que resultou de tudo isso que eu acabo de narrar? A confusão intelectual, a retirada da social-democracia, o minimalismo programático. Era o seguinte: a direita, os conservadores, eram os que privilegiavam a liberdade contra o pano de fundo das instituições existentes. E a esquerda eram os que privilegiavam a igualdade contra o mesmo pano de fundo. Então, o conflito ideológico foi imaginado como um conflito entre a liberdade superficial e a igualdade superficial – se o critério de superficialidade é a aceitação das instituições existentes. Essa foi a ideia. Agora nós compreendemos a necessidade de mudar a concepção do conflito ideológico. Como deve ser entendida hoje a diferença entre direita e esquerda?

[...] conservador é quem acredita que os interesses coletivos ou de classe têm que ser perseguidos dentro da ordem institucional existente. (...) E os progressistas são os que acreditam que precisam ultrapassar os limites da ordem institucional.

Primeiro, quanto ao método ou à prática. Conservadores são os que aceitam o arcabouço institucional existente como o horizonte e o limite. Quem é conservador é quem acredita que os interesses coletivos ou de classe têm que ser perseguidos dentro da ordem institucional existente. O contrário, dizem, é fantasia, romantismo, revolução e tal. E os

progressistas são os que acreditam que precisam ultrapassar os limites da ordem institucional. Ao ultrapassá-los, evidentemente, não se pode usar a ideia marxista, porque eles só podem ser ultrapassados de forma fragmentária e não de forma sistêmica. E qual é a segunda diferença que deve existir entre esquerda e direita? A direita são os que acham que é natural que a vida humana seja pequena: a grande maioria das pessoas são condenadas a ter uma vida pequena, e as exceções são os indivíduos excepcionais: os inventores, os gênios, os disruptores, os aventureiros, os grandes empresários. Há uma exceção que é aberta para a humanidade nos períodos de emergência nacional. Se há uma guerra, por exemplo, todos, temporariamente, de forma efêmera, são isentos da sua pequenez e têm uma oportunidade de se dedicar às devoções maiores da guerra. Quando a paz é restabelecida, voltam à sua pequenez. Isso é uma coisa muito concreta. Na Segunda Guerra Mundial, que foi a maior guerra na história da humanidade, os níveis de suicídio e de depressão caíram radicalmente em todas as potências beligerantes, inclusive na União Soviética, onde morreram 21 milhões de pessoas. Estava acontecendo aquele morticínio tremendo e as pessoas superaram as depressões e o suicídio. Quando a paz foi reestabelecida, em 1945, os níveis de depressão e suicídio voltaram imediatamente, mostrando, de acordo com os conservadores, que só nesses períodos excepcionais a humanidade poderia aspirar a libertar-se dessa pequenez.

Os esquerdistas acreditam que não é normal que a vida humana seja pequena. A vida humana não tem por que ser pequena. Não é obrigada a ser pequena. Nós, todos, homens e mulheres comuns, podemos nos engrandecer. Mas, se nos engrandecermos, só podemos nos engrandecer juntos. Isso é o que deve pensar a esquerda. A combinação dessa ideia sobre a prática transformadora com a ideia do engrandecimento compartilhado é a interpretação alternativa da diferença entre esquerda e direita que eu proponho. Agora, por esse critério que eu proponho, quase todos os esquerdistas vivos no mundo hoje são conservadores. Mas isso não é uma ideia que cai de Marte. Porque a ideia que eu estou propondo se aproxima da ideia que os socialistas e os liberais tinham na primeira metade do século XIX. A ideia deles é que o objetivo não era humanizar a sociedade, mas sim divinizar a humanidade. E daí notar a enorme distância que nós estamos deles, e o meu sentimento de estar muito mais próximo deles do que eu estou dos meus contemporâneos, como Rawls ou Habermas, essa gente que são os apóstolos da pequenez e advogam o coro do fatalismo.

Terceiro Milênio: Professor, agora vamos trazer a nossa discussão ao contexto brasileiro, aproveitando a sua última resposta, que falou do método, da ambição, dos objetivos da esquerda. Tomamos como exemplo inicial uma frase que o senhor disse na campanha presidencial de 2018, quando, numa entrevista à Folha de São Paulo, o repórter classificou o Partido dos Trabalhadores, que é o mais importante partido político no Brasil, como sendo de esquerda, e o senhor disse que achava essa classificação “muito estranha”. Por quê?

Mangabeira Unger: Porque é mais uma variante do discurso social predominante brasileiro, que é o açúcar com que até recentemente todos os políticos no Brasil se apresentavam. Todos se diziam social-democratas ou social-liberais. Se você perguntava o que era o social, o social era o açúcar da humanização social, das políticas compensatórias. Isso é essa esquerda no Brasil. Eles não têm qualquer iniciativa, qualquer projeto institucional, quer com respeito à economia, quer com respeito à política. Veja que na política, em seu sentido maior, a única coisa que conta, que tem efeito duradouro, é a inovação das instituições. Tudo o mais – colocar dinheiro aqui ou ali, investir aqui ou lá – são como as ondas do mar que vão e voltam. Então isso não é apenas uma questão de definir esquerda contra direita, isso é uma questão de definir o que é importante na política e o que é trivial. O que é trivial é o que não é estrutural, o que não é institucional.

Terceiro Milênio: O senhor está afirmando que a política social compensatória num país com os níveis de desigualdade que temos no Brasil é necessária, porém absolutamente insuficiente. Ela tem que estar casada com a transformação para ser de esquerda?

Mangabeira Unger: É preciso compreender claramente qual é o dilema lógico aí. A ideia de atenuar grandes desigualdades criadas no mercado por via de políticas compensatórias é impossível. Porque se a desigualdade está ancorada na segmentação hierárquica do sistema de produção, ela sempre vai ser gigantesca. Para anulá-la, então, seria necessária que a redistribuição alcançasse uma tal dimensão que começaria a desestabilizar os arranjos e os incentivos.

Julgando retrospectivamente a social-democracia europeia, o que nós podemos dizer são duas coisas. Primeiro, que nos países social-democratas não foi a redistribuição que trouxe mais igualdade; foi a luta sobre o acesso às oportunidades econômicas, políticas e educacionais. Durante décadas na Suécia, por exemplo, havia uma luta entre o Estado

social-democrata e a plutocracia familiar, que até hoje continua a ser proprietária de grande parte da Suécia. Essa luta acabou em uma espécie de armistício, que é a base do Estado social-democrata sueco. A segunda coisa a compreender é que o grande feito histórico da social-democracia europeia, retrospectivamente, não foi ter trazido mais igualdade. A igualdade foi o resultado dessa luta sobre estruturas econômicas, políticas e educacionais. O grande feito foi ter elevado o nível de investimento nas pessoas e nas suas capacitações. É claro que essa elevação do nível de investimento nas pessoas tem obliquamente um efeito igualizador relativo. É aí que se deve entender o que a social-democracia europeia fez ou deixou de fazer.

É evidente que em um país como o Brasil, onde as desigualdades estão entre as maiores em toda a história humana, a tentativa de liquidá-las ou sequer atenuá-las via políticas compensatórias é absurda. E os defensores dessa política a defendem dizendo que assim se reconcilia o impulso igualitário com a responsabilidade econômica. Por responsabilidade econômica eles entendem não tocar na ordem existente da economia de mercado. A verdadeira disputa não é sobre mais mercado ou menos mercado, é sobre *qual* mercado. E essa ordem estabelecida é uma ordem que, na sua configuração atual no mundo, primeiro limita a vanguarda produtiva a essas franjas ou ilhas que eu descrevi, excluindo a grande maioria, e, segundo, condena grande parte da força de trabalho ao emprego precário, mesmo nas economias mais desenvolvidas. Esse é, por exemplo, hoje um grande tema de conflito em países como a França. Em terceiro lugar, essa política ancora a desigualdade nessa segmentação hierárquica da economia, que as políticas compensatórias são completamente insuficientes para alcançar. Se são insuficientes lá, quanto mais aqui. Jamais as esquerdas brasileiras poderiam ter assumido esse discurso e essa prática compensatória. Elas, acima de todas as outras, teriam que dar primazia às questões institucionais.

Agora, vamos ter clara a distinção entre o curto prazo e o longo prazo. Curto prazo é ampliar o acesso aos recursos da produção e da educação em favor da multidão de pequenas e médias empresas retrógradas e dos agentes econômicos isolados. Longo prazo é ter uma ordem do mercado totalmente diferente. Vou lhe dar um exemplo especulativo. O exemplo especulativo é dizer: os meios de produção, os recursos produtivos da sociedade não vão pertencer a proprietários individuais, nem vão pertencer ao Estado ou aos trabalhadores, mas vão ser colocados em fundos sociais, em *trusts*, que vão fazer um leilão permanente dos recursos de produção. Quem vai usar aqueles recursos? Quem consegue remunerar o Estado da forma mais alta ao longo do tempo pelo uso daqueles recursos. Quem consegue usá-los melhor pode mantê-los temporariamente. Esse seria o

que se poderia chamar um capitalismo sem capitalistas. O mercado deixaria de estar pregado numa forma única e exclusiva de descentralização econômica. Colocando a mesma ideia de uma forma mais abstrata, se se eleva o conceito de mercado a um nível mais geral, ele tem pelo menos duas dimensões. Uma dimensão é o grau absoluto de descentralização: o número de agentes econômicos que podem fazer trocas, por iniciativa própria. A segunda dimensão é a natureza absoluta do controle que cada um daqueles agentes tem sobre os recursos à disposição.

A ideia convencional dos economistas práticos é que essas duas dimensões são inseparáveis. Não só elas não são inseparáveis, mas elas são contraditórias. Porque a maneira mais evidente de aumentar o grau absoluto de descentralização é relativizar o controle absoluto, é criar direitos sobre o uso dos recursos produtivos que são fragmentários, temporários ou condicionais. Então, nós começamos ao longo do tempo a reconstruir o mercado para democratizá-lo.

Terceiro Milênio: Mas o tema de fundo nesta discussão é a questão da propriedade. Esse tema foi abandonado há 250 anos, ele está fora do debate.

Mangabeira Unger: Agora está sendo recuperado, pouco a pouco. Porque os juristas descobriram que a propriedade não é necessariamente agregada, que na maior parte dos períodos de história do direito ela foi desagregada, ela foi decomposta em poderes distintos, atribuídos a titulares distintos. A unificação da propriedade, em um único direito e um único titular, é uma anomalia na história do direito. E agora nós entendemos isso. É claro que o direito convencional de propriedade, a propriedade absoluta de um proprietário, sempre será útil para determinadas coisas. A grande vantagem que ela tem é que permite ao titular, o proprietário, fazer algo em que ninguém mais acredita. Então, ela permite uma ação que não tem que enfrentar veto. E, por isso, eu entendo que sempre será útil ter o direito tradicional de propriedade como uma das formas de descentralização econômica. O que não faz sentido é tê-la como a única forma.

O mercado não deve ser crucificado, pregado na cruz, de uma forma dogmática e única de organização econômica. Já na democracia, a questão é que o indivíduo e o cidadão não devem estar dependentes de uma forma herdada que não é o resultado da construção coletiva. A democracia também precisa ser reinventada para que nós não necessitemos das crises para propiciar as mudanças e os mortos não continuem a governar os vivos. Essa alternativa exigiria uma democracia de alta energia que, primeiro, eleva a temperatura da política. Nós não devemos ter que escolher entre uma democracia fria e institucional e uma

democracia calorosa e extrainstitucional. Não devemos ter que escolher entre Madison e Mussolini. Devemos poder ter uma democracia que é calorosa e institucional ao mesmo tempo.

O segundo dilema é o suposto vínculo indissolúvel entre o princípio liberal da fragmentação do poder e o princípio conservador da perpetuação dos impasses. Esses dois princípios estão, por exemplo, associados no presidencialismo americano, pelo esquema de James Madison. Então, quanto mais arrojado, quanto mais ousado um projeto político, mais severos os obstáculos constitucionais a superar. A nossa ideia é reafirmar o princípio liberal, mas repudiar o princípio conservador, criando mecanismos constitucionais que, ao resolverem rapidamente os impasses – por exemplo, por eleições antecipadas –, acelerem o passo da política.

O terceiro falso dilema é o dilema entre ação central e ação periférica. Enquanto a sociedade vai em determinado caminho, deve poder contrabalançar as suas apostas e permitir a uma parte do país divergir das soluções predominantes e gerar contramodelos do futuro da nação. Portanto, uma outra perspectiva sobre federação.

Terceiro Milênio: Professor, tudo isso que o senhor falou se choca frontalmente, de forma direta, com a ordem institucional que o Brasil escolheu, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista político. A Constituição de 1988 é representativa dessa visão, em sua avaliação antitransformadora, dos progressistas contemporâneos – isso que o senhor classificou de social-liberalismo. E eles insistem nisso. Hoje, a maior parte da esquerda brasileira insiste em defender essa ordem institucional que, depois de 35 anos, continuou gerindo uma sociedade onde a maioria das pessoas é subcidadão. É uma Constituição intitulada de cidadã que entrega a subcidadania. Cheia de promessas, promessas quebradas. O que é preciso fazer para realizar o ideal abstrato da Constituição de 88, com sua institucionalidade conservadora e excludente?

Mangabeira Unger: É não fazer nenhuma promessa sem criar a engenharia constitucional para realizá-la, para cumpri-la. Então, se há uma promessa de determinada forma de inclusão, essa promessa precisa ser realizada por uma inovação na arquitetura do mercado, para criar os instrumentos para elevar a retaguarda econômica, as pequenas e médias empresas atrasadas, os agentes econômicos individualizados. E, na política, para criar uma democracia de alta energia, ao elevar a temperatura, acelerar o passo da política, e combinar a ação central com descentralização experimentalista, criar as alternativas constantemente, sem precisar dos colapsos econômicos e das guerras para criá-las.

Terceiro Milênio: Professor, uma das questões centrais da crise da esquerda, no mundo e no Brasil, é a crise de sua base social, ou então a diminuição drástica dela, a diminuição da importância social dos sindicatos, dos funcionários públicos etc. O senhor aponta, já há muito tempo, que as classes populares de orientação pequeno-burguesa, no Brasil notadamente evangélica, seriam uma base social substitutiva, alternativa, que a esquerda não vê. No entanto, algumas questões ainda permanecem. Essa base social popular, ela também é capturada por aquilo que o senhor chama de nacional consumismo – o objetivo de vida, de uma vida considerada valiosa, é pensado apenas no consumo. Como superar esse impasse?

Mangabeira Unger: Vamos compreender a essência do problema. A base social central dos partidos de esquerda e centro-esquerda era o operariado organizado, ancorado nos setores intensivos em capital, sobretudo na indústria convencional, que chamamos de indústria fordista. Essa era a base. Essa base, no curso das últimas décadas, do último meio século, passou a minguar com a crise da indústria convencional. E agora ela é vista pelo resto da sociedade como apenas mais um interesse sectário. E ela assim se vê a si mesma. E não como portadora dos interesses universais da humanidade, como Marx e os esquerdistas do século XIX quiseram vê-la.

Qual é, então, a situação que nós vemos no mundo de forma geral? E, nesse particular, o Brasil é representativo da situação comum no mundo. A situação é que a maioria da população dos principais países é pobre – se não absolutamente pobre, relativamente pobre –, mas aspira a uma situação de modesta prosperidade e independência. Tem um horizonte pequeno-burguês. E esse anseio pequeno-burguês, por falta de outras opções, se identifica com a pequena propriedade familiar, isolada, retrógrada, arcaica. É o pequeno comércio, pequeno lote de terra, uma pequena loja e assim por diante.

Há uma relação linear entre o número de crianças que uma pessoa tem em uma sociedade como os Estados Unidos e a disposição de doar o seu tempo. Isso é totalmente paradoxal. Porque quem tem mais crianças tem menos tempo. Mas descobrimos que quem tem mais crianças tem um coração maior, mais generosidade e mais tempo. O tempo se expande misteriosamente. Então temos que criar essa dinâmica que multiplique as formas de ação coletiva e com elas a base espiritual.

As contrapartidas espirituais a essas formas econômicas retrógradas são, então, o individualismo, o materialismo e o consumismo. Então é isso que nós vemos no Brasil de Bolsonaro, é o que vemos na Índia de Modi e é o que vemos na China, de certa forma. Essa é a situação geral da humanidade. Os esquerdistas europeus do século XIX cometeram um erro calamitoso: demonizaram a pequena burguesia. E, ao demonizarem-na, a pequena burguesia virou sustentáculo dos movimentos de direita, inclusive do fascismo e do nazismo. Eu não gostaria de ver o Brasil repetir essa trajetória. Então, a tarefa dos progressistas é abordar isso que se poderia chamar uma pequena burguesia subjetiva e majoritária. Eu digo subjetiva porque ela continua sendo, na maioria, pobre, mas ela tem a orientação subjetiva de uma pequena burguesia. Abordá-la e lhe oferecer opções econômicas. Daí a importância de criar, passo a passo, uma forma includente da economia do conhecimento. E no plano espiritual também fornecer opções espirituais, a multiplicação de formas de ação coletiva como verdadeira fonte da coesão social. E é isso que tira as pessoas do egoísmo familiar como limite de seu horizonte.

Então veja esses fatos sobre a natureza humana. Quando estudamos a filantropia na doação de tempo, descobrimos o seguinte: há uma relação linear entre o número de crianças que uma pessoa tem em uma sociedade como os Estados Unidos e a disposição de doar o seu tempo. Isso é totalmente paradoxal. Porque quem tem mais crianças tem menos tempo. Mas descobrimos que quem tem mais crianças tem um coração maior, mais generosidade e mais tempo. O tempo se expande misteriosamente. Então temos que criar essa dinâmica que multiplique as formas de ação coletiva e com elas a base espiritual. Essa

seria a grande tarefa, abordar essa base social e inventar um projeto – como o da economia de mercado democratizada e da democracia de alta energia – para essa base. Então esse projeto não é um projeto que estou propondo a esmo. É o projeto para essa base.

Terceiro Milênio: Mas esse projeto teria como significado, então, transformar, em grande medida, a própria natureza cultural dessa base. A base não é uma matéria pronta. Ela seria moldável pela política.

Mangabeira Unger: Claro. Todo grande projeto transformador no mundo cria a sua própria base. Mas tem que criar a sua própria base com materiais legados pela história. E um projeto de transformação não é como uma planilha de engenheiro, não é um conjunto de fórmulas e truques para resolver isso ou aquilo. É como uma corrente, uma cachoeira que vai em uma determinada direção, com muitas partes que fracassam, mas é o conjunto da obra e a direção que importa. Então, o que se disse, por exemplo, sobre o New Deal de Franklin Roosevelt, é que todos os programas de Roosevelt malograram, mas o New Deal como um todo foi um sucesso. E a explicação desse aparente paradoxo é que o destino das fórmulas efêmeras não importa; o que importa é a fecundidade, é a direção com um determinado rumo. Então, tudo isso tem que fazer parte da psicologia dos transformadores. Agora, lembremos o seguinte. Toda vez que surge uma grande inovação, um conjunto de inovações, como a própria economia do conhecimento, a tendência é sempre que aquela inovação seja instituída ou adotada na forma que menos sacode os interesses dominantes e os preconceitos estabelecidos. É isso que nós poderíamos chamar a linha de menor resistência. A linha de menor resistência sempre é a mais provável, o desfecho mais provável. Mas não é o desfecho necessário. A tarefa dos progressistas é serem os advogados, os campeões da alternativa à linha de menor resistência. A oposição à linha de menor resistência tem uma grande desvantagem: ela é algo intangível, ela é o futuro, ela não existe. Mas ela tem uma vantagem sempre: ela permite aproveitar muito mais profundamente o potencial da inovação. Isso sempre ocorre na história, porque o potencial de aproveitar as inovações tecnológicas está diretamente relacionado ao grau de plasticidade das relações sociais.

Vou dar um exemplo comezinho. No final do século XVIII, desenvolveu-se um novo tipo de artilharia, flexível. Para aproveitar o potencial dessa artilharia, tinha que poder movê-la no campo de operações e entremeá-la com os infantes, não separar artilharia e soldados. Os soldados inimigos da França Revolucionária não conseguiam fazer isso, porque eram soldados cuja origem era de camponeses conscritos e tinha que andar gente

com a baioneta atrás destes soldados para impedir que eles fugissem da batalha. Então, eles andavam como massa compacta. Os exércitos da França eram cidadãos comprometidos com a defesa da França e podiam se dispersar e se reunir no campo de batalha, aproveitando ao máximo o potencial da nova artilharia. Assim são todas as inovações tecnológicas. A plasticidade social condiciona o pleno aproveitamento das inovações práticas e tecnológicas.

Terceiro Milênio: De certo modo, isso é uma atualização da tese marxista sobre as forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas estão sempre à frente.

Mangabeira Unger: Também, embora Marx tenha dado essa formulação dogmática de que há uma relação um a um entre relações de produção e forças de produção. E nós sabemos agora que o mesmo nível de capacitação produtiva pode ter bases institucionais alternativas. Não há *uma* base. E ele achava que vem na forma desses regimes indivisíveis. Um pacote. E nós sabemos que não há esses pacotes. Então, esse é o problema. E esse problema leva a um falso dilema programático.

Algo é realista se se aproxima do que existe. Isso não é um critério de realismo, isso é uma declaração de falência intelectual.

Eu proponho algo diferente do que existe. A pessoa diz que é muito bonito, interessante, mas é utópico. Eu proponho algo próximo do que existe e a pessoa diz que é viável, mas é trivial. Tudo o que se pode propor tenderá a ser desmerecido como utópico ou trivial. Isso é um falso dilema, porque nasce de um equívoco a respeito da transformação e das propostas programáticas. Elas não são arquitetura, elas são música. Elas são sobre uma sucessão de passos. Mas esse equívoco é agravado imensamente por um atributo da história do pensamento: havia ideias como o marxismo que nos ensinavam a entender as mudanças estruturais, as alternativas estruturais. E essas alternativas se tornaram literalmente incríveis. Ninguém acredita nelas. Usam o vocabulário sem acreditar no contexto teórico. E o resultado é uma falência intelectual. Na falta de uma forma operacional de viver as alternativas e entender como elas se criam, o critério do realismo político vira a proximidade ao existente. Algo é realista se se aproxima do que existe. Isso não é um critério de realismo, isso é uma declaração de falência intelectual. E é isso que nós temos no pensamento social.

Terceiro Milênio: Professor, eu queria voltar, aproveitando essa explicação longa que o senhor deu a respeito da questão do método e da ambição da esquerda, a um tema que é um paradoxo perturbador da nossa conversa. É o seguinte: o senhor começou descrevendo, de forma muito articulada e penetrante, o que parece ser a sua tese segundo a qual o que a esquerda produziu de melhor na história foi a social-democracia europeia. Porém, o resultado da social-democracia europeia é, paradoxalmente, o social-liberalismo, que é a falência da esquerda.

Mangabeira Unger: Ela já tinha falido quando renunciou à inovação institucional.

Terceiro Milênio: Mas quais seriam as inovações institucionais específicas na quadra contemporânea, apropriadas a um país como o Brasil, capazes de fazê-lo superar esse estágio degenerado de social-liberalismo em que estamos?

Mangabeira Unger: As inovações institucionais podem começar pequenas e virar grandes depois. Por isso que eu dei aquele exemplo longínquo dos fundos representando o capitalismo sem capitalistas. Mas, a curto prazo, a agenda de problemas é diferente. Primeiro, reagir a essa segmentação hierárquica da economia do conhecimento, construindo, passo a passo, etapa a etapa, as condições para uma economia do conhecimento para muitos. Para muitos significa para as pequenas e médias empresas retrógradas e para os agentes econômicos individualizados. Acesso a crédito, a práticas avançadas, tecnologia transformada de uma forma que seja assimilável. E para realizar isso precisamos de um Estado que, em parte, no Brasil já existe. É o Estado que tem o Sebrae, o Senai, o Senac, os bancos públicos de desenvolvimento. Tem muitas das ferramentas, o que não tem é um projeto transformador. E é claro que essa prática de emancipar e empoderar teria que tomar forma diferente em cada uma das grandes regiões do país, daí a nossa discussão sobre o novo federalismo e a política regional. Essa é a primeira coisa.

Segundo, a relação entre capital e trabalho. Não escolher entre o discurso neoliberal, que sob o eufemismo de flexibilidade condena a maioria à insegurança econômica radical, e o discurso sindicalista, baseado no interesse da minoria organizada contra as maiorias desorganizadas. Nós temos que criar um novo direito de trabalho para essa maioria precarizada. Na medida em que ela ainda não é organizada e representada, tem que haver intervenção direta na relação de trabalho. Por exemplo, o princípio da neutralidade de preço. O trabalho temporário tem que ser remunerado em nível equivalente ao trabalho similar prestado em condições de emprego estável. E assim por diante.

Terceiro, o sistema financeiro. A melhor maneira de tornar o sistema financeiro menos perigoso é torná-lo mais útil. Proibir ou desestimular todas as formas de engenharia financeira que não contribuam à elevação da produção e da produtividade. E mobilizar as finanças para a agenda produtiva da sociedade. Por exemplo, há um mistério na relação entre as finanças e a economia real. Nessas economias de mercado existentes, a grande maioria do financiamento da produção é gerada internamente no sistema produtivo, na base dos lucros retidos e reinvestidos das empresas. Qual é, então, o propósito de todo aquele dinheiro que está nas bolsas de valores e nos bancos? Teoricamente, é para financiar a produção. Na realidade, tem uma relação episódica com o sistema de produção. Tem que mobilizar aquilo para a agenda produtiva. E há que tratar do seguinte paradoxo: a atividade mais importante do sistema financeiro, que é o financiamento da criação de novos ativos e de novas maneiras de produzir, que é o trabalho de *venture capital*, é uma porção minúscula da atividade do mercado financeiro. E não pode ser minúsculo. Aquilo tem que ser feito em grande dimensão. E, se o privado não faz, o Estado tem que fazer de forma descentralizada e experimental até que os outros façam. Esses são exemplos de como começar. Exemplos modestos. Não tem nada de espetaculoso ou mirabolante. Começa com coisas que existem.

Terceiro Milênio: O que o senhor está afirmando é que para formular verdadeiras alternativas é preciso desconstruir as falsas. Como na própria forma atual de distinguir direita e esquerda. Porque, na sua definição, a maioria dos esquerdistas que se autoidentificam como esquerda são, na verdade, conservadores.

Mangabeira Unger: O conjunto dessas inovações institucionais vai, ao mesmo tempo, solapando e transformando as atitudes. Então, os caras não vão ser mais os humanizadores do inevitável. Eles não vão poder dizer que, como a revolução é impossível, o que resta para fazer é dourar a pílula, humanizar a sociedade.

Terceiro Milênio: Aproveitando a referência da revolução, o que dizer das grandes revoluções que sacudiram o século XX? A relação delas com a esquerda?

Mangabeira Unger: O problema é a cegueira delas. Porque elas melhoraram algumas coisas e pioraram outras. Mas o problema delas é o romantismo. A ideia típica do romantismo, de que o verdadeiro momento espiritual, o momento autêntico, é o que sacode as estruturas. Mas as estruturas vão voltar. Então, o romantismo é uma forma de desespero, de ceticismo. Diz “as estruturas vão voltar, mas por um interlúdio, nós vamos viver”. É o momento do amor romântico contra os infortúnios do casamento. É o

momento do povo na rua contra o aparato burocrático. Elas vão voltar, mas por um momento eu vou viver. Isso não é o bastante para a humanidade.

Nós não queremos só aquele interlúdio de fantasia e de escape. Nós queremos mudar de forma duradoura a relação entre espírito e estrutura. É por isso que precisamos de uma forma de mercado que seja experimentalista e de uma forma de política que seja de alta energia, para que nós todos possamos ser *insiders* e *outsiders* ao mesmo tempo, para que possamos participar sem nos render e, com isso, nos tornar maiores.

Terceiro Milênio: Professor, falando historicamente, e recuperando aquela parte inicial sobre a social-democracia histórica, é possível afirmar que mesmo com todos os limites do seu conservadorismo institucional, o senhor acha que o grande legado dela – que foram as capacitações – produziu um tipo de rotina social mais propícia ao engrandecimento do que as revoluções do tipo da Russa e da Chinesa?

Mangabeira Unger: Eu acho que a melhor maneira de comentar isso é partir de uma explicação um pouco técnica. Se a questão é a relação do regime fiscal e tributário com a desigualdade, há três princípios a considerar. Eles não são compreendidos no mundo. Isso é uma coisa muito elementar. É menos importante do que essa conversa que tivemos, mas é importante.

**Então, criar bases estruturais para a
igualdade econômica, a igualdade
educacional e a igualdade política é muito
mais importante do que consertar depois.
A distribuição primária das vantagens é
muito mais importante do que a
distribuição derivada e retrospectiva.**

O primeiro princípio é que, em matéria de igualdade, tudo que é estrutural é muito mais importante do que o que é redistribuidor. Se você redistribui, você cria um tensionamento entre a lógica dos arranjos de incentivos econômicos e a lógica da distribuição, que o impede de ir muito longe. O máximo que você pode fazer é atenuar. Então, criar bases estruturais para a igualdade econômica, a igualdade educacional e a igualdade política é muito mais importante do que consertar depois. A distribuição primária das vantagens é muito mais importante do que a distribuição derivada e retrospectiva.

Segundo ponto: em matéria de orçamento, é preciso levar em conta o lado da receita e o lado da despesa. E, sobre esse aspecto, há um interessantíssimo paradoxo na comparação da vida tributária dos países. Nos países das social-democracias europeias, o sistema tributário é baseado na tributação regressiva e indireta do consumo. A base é o IVA. Entre as democracias ricas do Atlântico Norte, o país com o sistema tributário mais progressista é os Estados Unidos, que baseia a sua tributação no imposto progressivo sobre a renda pessoal. Como explicar isso? Que o país mais desigual tem a tributação mais progressiva e os países mais iguais são os que se baseiam em tributação regressiva.

A explicação é a seguinte: o que a curto prazo mais importa para o impacto progressivo do sistema de tributação é o nível agregado da receita pública. Então, a razão básica pela qual os sistemas tributários europeus, no conjunto, são mais igualitários do que os americanos é que os europeus arrecadam pelo menos 10% do PIB mais do que os americanos. Essa é a razão fundamental. O resto é tudo secundário. Então, tudo que os europeus perdem de progressividade no lado da arrecadação, eles ganham em dobro no lado do gasto.

Agora, por que eles conseguem arrecadar mais do que os americanos? Aí é que vem o paradoxo. É porque eles usam o imposto como IVA, que é um imposto neutro. Então, o IVA é como se tomasse uma parte constante da transformação de todo o input no output. Você toma uma parte proporcional. Por definição, não distorce o sistema de preços relativos. Você consegue maximizar a receita, minimizando o trauma econômico. Com isso, conseguem arrecadar mais com menos trauma econômico. O problema é que isso é paradoxal para a população compreender. Os políticos, como nos Estados Unidos, querem demonstrar sua fidelidade à tributação progressiva para mostrar de que lado eles estão. “Eu estou do lado dos pobres, dos assalariados”. Embora isso seja ineficaz, porque o que importa não é isso, mas o nível agregado da despesa. Nós, nossos amigos aqui do Brasil, fazemos a mesma coisa. Tributação progressiva, tributação dos lucros e dividendos, imposto progressivo. O imposto de renda é terrível, porque é um imposto híbrido, que, na prática, em todo o mundo, é um imposto apenas sobre o salário da classe média. Rico não paga imposto de renda.

Aí vem, na ordem hierárquica, o terceiro princípio. Se você realmente quer usar o sistema tributário de forma acessória, não principal, como fonte de distribuição, há um outro imposto a usar. Esse ,sim, que é o imposto Kaldor. Você toma toda a renda do indivíduo, renda não só de trabalho, mas de capital, e você subtrai a poupança investida. Essa diferença entre a renda total e a poupança investida é o que a pessoa gasta em si

mesma, seu padrão de vida. É a hierarquia dos padrões de vida. Então, se você quer tributar diretamente para efeito redistribuidor, o que você deve tributar é a hierarquia dos padrões de vida. E há uma forma simples de fazer isso, que não é nem um triz mais complicado do que o imposto de renda. Porque tudo que não é demonstrado como poupança investida conta como se fosse gasto. Então, você diz o seguinte: se o indivíduo gasta abaixo de uma certa média, ele não paga nada, ele recebe. É o que os americanos chamam de imposto de renda negativo. Se ele gasta mais, ele passa a pagar uma alíquota crescente, íngreme. E lá em cima, se ele tem um padrão de vida de luxo, para cada real que ele gasta, ele paga quatro ao governo. A alíquota superior não tem limite. Pode ser 100%, 400%. Aí o que vale é o poder político, a vontade política.

Não há, portanto, nenhum problema técnico. E se esse fosse realmente o objetivo redistribuidor, como os chamados progressistas alegam, esse seria o imposto que eles produziriam. Mas não usam. Porque esse seria o imposto para verdadeiramente produzir igualdade. Você quer comprar um iate? Tudo bem. Então, pague ao governo cinco vezes o preço desse iate, o preço desse avião e assim por diante. O que eu estou dizendo é o seguinte: a discussão tributária e fiscal da redistribuição existe, mas para encará-la seriamente tem que pensar tudo diferente da forma convencional. Porque o progressista diria que tem que fazer a tributação progressiva, o imposto regressivo não serve, e assim por diante.

Terceiro Milênio: Mas a pergunta original que ensejou essa resposta do senhor era a comparação entre essa social-democracia (igualizadora e institucionalmente conservadora) e as sociedades originadas nas grandes revoluções do século XX, revoluções socialistas, russa e chinesa.

Mangabeira Unger: O país hoje com mais bilionários no mundo é a China. Então, vamos dizer que a Revolução Chinesa foi exitosa? Ela foi exitosa no sentido de que criou o poder nacional, libertou a China do colonialismo – como Chávez disse que libertou a Venezuela do colonialismo mental –, mas não criou uma sociedade mais igualitária.

Terceiro Milênio: A propósito da referência a Hugo Chávez, em uma entrevista o senhor disse que ele relatou que fracassou em seus objetivos.

Mangabeira Unger: O Chávez era um homem muito realista, muito direto, simples, militar. Primeiro, ele não conseguiu ter uma estratégia consequente de desenvolvimento. Fracassou. E, sobretudo, fracassou em organizar uma agricultura

moderna na Venezuela. A Bacia do Orinoco é uma das regiões mais férteis do mundo. Até hoje, não tem agricultura lá. Segundo, fracassou em ter um modelo institucional. Aqueles conselhos populares são um arremedo de modelo institucional. Não funciona. É como os conselhos do PT. É a ditadura dos falastrões. Aí ele virou-se para os ministros dele, perfilados perto de mim, e disse: “eu fracassei porque não tive os colaboradores adequados”. E completou: “eu só consegui uma coisa, eu rompi a relação colonial com os Estados Unidos. Quando eu assumi a Presidência, a burguesia venezuelana tinha casa nos Estados Unidos, mandava os filhos para os Estados Unidos, tinha o dinheiro nos Estados Unidos. Eu acabei com isso.” Então, isso foi uma visão muito realista do Chávez sobre o que ele tinha feito e não feito. Não se pode criticá-lo por isso. Ao contrário das fantasias dos revolucionários que imaginaram que ele tinha transformado tudo. Tocqueville diz no livro sobre o antigo regime que a França depois da Revolução era muito parecida com a França antes da revolução.

Terceiro Milênio: Agora, aproveitando essa referência, tanto à Venezuela quanto à situação francesa pós-revolucionária, talvez fosse a hora de fazer uma pergunta sobre o Brasil e o mundo. No começo da nossa entrevista, o senhor mencionou que a esquerda ainda precisa das guerras para se engrandecer e para engrandecer a humanidade.

Mangabeira Unger: Isso, aliás, é um problema para nós, brasileiros, porque nós não temos guerras. As nossas elites nunca tiveram que mandar os filhos para as guerras. Isso é uma diferença sutil, mas profunda entre a nossa sociedade e muitos dos países contemporâneos.

Terceiro Milênio: O mundo parece viver hoje uma abertura de horizontes, uma abertura em termos de alternativas em relação ao modelo neoliberal. A hegemonia americana é questionada. O mundo está, de fato, inquieto. O senhor concorda que o mundo hoje está mais propício a alternativas nacionais? E como o Brasil está aproveitando, ou não, essa situação?

Mangabeira Unger: Eu acho que no Brasil há várias coisas. Primeiro, para o bem e para o mal, há uma indisposição a rupturas, a contrastes definitivos. No Brasil, o sincretismo é, ao mesmo tempo, o problema e a solução para tudo. Então, a tendência é misturar. Uma exceção a isso agora é esse negócio da política identitária e das guerras culturais – a introdução no Brasil do elemento do protestantismo americano e desses contrastes cristalinos que são alheios à nossa cultura tradicional. Segundo, no Brasil, como comentávamos, não há guerras. A última verdadeira guerra foi a Guerra do Paraguai, que

foi uma guerra de genocídio contra a maioria de um país pequeno, mas não foi experimentada dentro do Brasil como uma grande crise. E uma guerra conduzida diante de uma sociedade extremamente desigual como o Brasil. Os oradores da Bahia convocaram conscritos para a Guerra do Paraguai e diziam, “preparemos-nos e vão!” Esse era o ambiente.

Terceiro Milênio: E a movimentação que a guerra da Rússia contra a Ucrânia produziu nos rearranjos que estão acontecendo? Quer dizer, de forma concreta, a China acabou se aproveitando desse contexto para fazer um movimento de melhorar sua posição no confronto com os Estados Unidos.

Mangabeira Unger: Nós teríamos que abordar essas duas grandes potências, envolvê-las. Com os Estados Unidos nós temos um problema porque a política exterior americana repousa sobre dois princípios que nós não podemos aceitar jamais: a hegemonia incontrastável dos Estados Unidos no hemisfério ocidental, formulado pela Doutrina Monroe e pelo colorário Roosevelt; e o princípio de que os Estados Unidos não permitirão que qualquer outro país, em uma outra região do mundo, consolide naquela região uma hegemonia tão incontrastável que possa servir de base para buscar uma hegemonia mundial. Então, por conta disso, os Estados Unidos, dia e noite, trabalham para cercar a China no mar asiático-pacífico, no mar indo-pacífico.

E a China é a mais isolada das grandes potências modernas. Não tem aliados. Praticamente não tem nenhum aliado ou amigo. E é uma espécie de Gulliver tonta que não consegue se relacionar com os países. Isso deveria amedrontar os inimigos da China, porque o isolamento é propício às guerras. Então, nós teríamos que trabalhar para envolver esses dois países e reconstruir as nossas relações com eles, condicionando a presença da China entre nós e nosso serviço à política de segurança alimentar da China, à ajuda que eles nos dessem para soerguer qualitativamente a nossa produção. Nós teríamos que fazer com a China o que ela fez com os Estados Unidos, insistindo no investimento maciço dos chineses na nossa qualificação produtiva, como condição imprescindível.

E com os Estados Unidos, envolver as empresas, as universidades, a sociedade americana, numa tal troca de ideias, acertos, práticas, que pouco a pouco esses princípios da política exterior americana se tornariam irrelevantes. Mas isso é o oposto de tudo o que fazemos, porque a nossa política exterior, tradicionalmente, é uma compensação retórica para a rendição interna. Nós nos rendemos aos bancos e montamos um terceiro-mundismo barulhento na política exterior para disfarçar a rendição. Essa é a política exterior brasileira.

E buscamos um protagonismo oco, como o assento no Conselho de Segurança da ONU. Nunca vai ocorrer. Aliás, a China é o país mais contrário a uma cadeira no Conselho de Segurança para o Brasil, porque o assento para o Brasil abre lugar para a Alemanha e a Índia. A China não admite isso de jeito nenhum. Então é um teatro. Não é real. Não é levar a sério a ascensão do país. Sobre muitos de nossos diplomatas, sem mencionar os nomes que são conhecidos, se poderia dizer o que Bismarck disse dos diplomatas italianos, que eles confundem a diplomacia com a perfídia.

Terceiro Milênio: Mas, professor, de toda sorte, esse isolamento histórico da China... as circunstâncias contemporâneas estão, de certa forma, mudando, porque a Rússia acabou, pelas circunstâncias da reação da Otan ...

Mangabeira Unger: ... Os Estados Unidos jogaram a Rússia nos braços da China. A Rússia sofreu um declínio catastrófico em seu poder. E agora a consequência prática é que a fronteira da Otan com a Rússia duplicou com a entrada da Finlândia na Otan. Aliás, eu recomendei aos militares brasileiros que estudassem cuidadosamente a guerra russo-finlandesa, que é um modelo de guerra assimétrica entre uma grande potência e uma potência menor.

Terceiro Milênio: A Índia, que historicamente é uma aliada dos Estados Unidos, também, de alguma maneira, está se articulando ...

Mangabeira Unger: Não, a Índia não está sob a órbita chinesa. A Índia é inimiga da China. A Índia está fazendo média com a Rússia porque a indústria armamentista indiana provém, na maioria, da Rússia. Mas a Índia fez um negócio com os Estados Unidos para segurar o armamento nuclear. A Índia é uma potência nuclear, como o Paquistão. O Paquistão talvez seja o único aliado da China. O chefe do Estado-maior das Forças Armadas Chinesas disse o seguinte, “o Paquistão é nosso Israel”.

Terceiro Milênio: Voltando a um tema do início da entrevista, fazemos uma pergunta estimulada por Georg Simmel, que foi um crítico da sociedade moderna. Uma das teses dele é que o desenvolvimento da modernidade, com sua grande capacidade de gerar novas tecnologias, ao mesmo tempo que enriquece objetivamente o mundo, o empobrece subjetivamente. Nós presenciamos hoje a possibilidade de um avanço tecnológico radical, que é a inteligência artificial. Ela entraria diretamente em conflito, em competição com a subjetividade humana. Como analisa esse novo desafio humano? Ele é realmente um desafio?

O Brasil não quer ser frio. E qual é, então, a alternativa? As sociedades tradicionais, como a China, com o confucionismo, acham que a diminuição da frieza é uma irradiação da vida familiar, dando à vida em sociedade alguns dos atributos da vida em família. (...) De onde pode vir o fogo para esquentar a vida social no Brasil? Eu acho que tem que vir da imaginação.

Mangabeira Unger: Ela oferece grandes perigos, mas grandes oportunidades também, como qualquer tecnologia. A tecnologia não tem uma evolução intrínseca. É algo que nos pode empoderar ou atrapalhar. Eu colocaria esse problema que você colocou sob outro ângulo. Eu acho que o Brasil é uma sociedade que, além de se preocupar com os dois problemas clássicos da teoria social, o problema da subjugação e o problema da desunião, se preocupa com o terceiro problema, que não faz parte da agenda do pensamento social clássico, que é o problema da frieza. O Brasil não quer ser frio. Nas sociedades tradicionais, como o Brasil era, prevalece aquilo que eu chamei de sentimentalização das trocas desiguais – a ideia da escravatura como uma grande família feliz como o exemplo extremo dessa ideia. A prepotência, a subjugação, a troca, mas misturados ao afeto. Nas sociedades liberais, nas sociedades modernas, a base dessa sentimentalização das trocas desiguais foi destruída. E ficou a troca para o mercado, o poder para a política e o afeto para a família e a vida privada. O destino das sociedades modernas, como Max Weber afirmou, era que a liberdade viria junto com a frieza. Esse é o problema que eu gostaria de focar.

O Brasil não quer ser frio. E qual é, então, a alternativa? As sociedades tradicionais, como a China, com o confucionismo, acham que a diminuição da frieza é uma irradiação da vida familiar, dando à vida em sociedade alguns dos atributos da vida em família. Eu acho que esse caminho para nós está barrado por causa dessa associação com a escravatura e com a sentimentalização das trocas desiguais. De onde pode vir o fogo para esquentar a vida social no Brasil? Eu acho que tem que vir da imaginação. E que as instituições econômicas e políticas podem, de alguma forma, encarnar a imaginação. A imaginação é que cria essa excitação. Ela afasta o fenômeno e vê o fenômeno sob o ângulo de variações possíveis. Ela ateia o fogo. E é esse o caminho em que eu gostaria de apostar para o país.

Eu quero uma civilização que seja, ao mesmo tempo, livre e calorosa. Mas nós precisamos fazer isso de uma forma diferente da que foi trilhada pelos países do Atlântico Norte.

Terceiro Milênio: A cultura brasileira tradicional, que formou o Brasil contemporâneo, está sob ataque direto de dois “vírus”. Um é o identitarismo, supostamente à esquerda. E o outro é o protestantismo, supostamente à direita. Sob certo aspecto o Brasil está sob ocupação cultural dos Estados Unidos hoje. Nós importamos dos Estados Unidos o neopentecostalismo e o identitarismo. Na sua avaliação, qual é o grau de ameaça à cultura brasileira, sincrética e mestiça, vinda desses dois ataques?

Mangabeira Unger: Eu acho que esse fenômeno que você descreve retrata o que eu acabo de dizer. Porque, nos dois casos, o elemento antibrasileiro – por assim dizer, antissincrético – vem em nome da liberdade. Você pode concordar ou não, mas os defensores da política identitária e os defensores do protestantismo evangélico entendem o que estão fazendo como libertação. Mas é uma libertação que nos condena à frieza. Quer dizer, cria uma sociedade como aquela que Madame de Staël descreveu, no início do século XIX, como sendo cheia de reuniões, mas que nos roubam a solidão sem nos dar a companhia. Isso é o que nós não queremos.

Agora, essa é uma tarefa civilizacional do Brasil que nós temos que entender de maneira nova. A minha tese é que o fogo, o ardor da construção desse sonho brasileiro de ser livre e caloroso têm que vir não da afeição familiar, mas da fantasia, da imaginação, das alternativas e de sua transformação institucional. Esse é o caminho que eu recomendo aos meus concidadãos.

Carlos Sávio Teixeira

Doutor em Ciência Política, professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Roberto Dutra

Doutor em Sociologia, professor associado do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)